



FIDES ET RATIO: UMA PERIGOSA FECUNDIDADE UMA LEITURA DA ENCÍCLICA SOBRE FÉ E RAZÃO

*Fr. Luís Carlos Susin**

Foi uma surpreendente provocação a encíclica de número “treze” de João Paulo II, tratando de um tema que foi quentíssimo no Concílio Vaticano I, em 1869-70, que nunca perdeu de todo o seu calor polêmico, mas pode voltar a esquentar, e muito, nessa virada de milênio: a relação entre fé e razão, o que, em termos de tradição ocidental, é a relação entre a teologia e a filosofia, e em termos de religião e cultura, a relação entre o magistério da Igreja e a liberdade e autonomia do pensamento e da pesquisa da verdade. A provocação teve algum efeito junto a pensadores “leigos”: pipocaram em diversas partes do globo reações diversas. Alguns filósofos sentiram nela um estímulo, até uma revalorização da filosofia em tempos de fragmentação e hesitação de saber. Outros, como Eduardo Gianetti e José Arthur Gianotti, na Folha de São Paulo, rebateram o texto como pensamento autoritário. Mas, como reconhece este último, os destinatários da encíclica, como é de praxe, são, em primeiro lugar, os que participam do magistério na Igreja Católica, os bispos. Esta encíclica, no entanto, se estende, por sua natureza, aos que ensinam e pesquisam nas áreas da teologia e da filosofia. Dirige-se a quem vive a experiência da fé cristã, o que faz uma diferença desde o início de qualquer interpretação. Porém, nem o Papa pretende se encerrar num autoritarismo que não permita um diálogo com qualquer cabeça pensante, mesmo que não seja um diálogo fácil.

Esta encíclica, como as outras de João Paulo II, porta bem visíveis as marcas de seu estilo pessoal, bastante coloquial, embora muito elegante na sua forma e muito erudita no recurso a citações de ricas fontes que perpassam todo o texto. Mas uma encíclica é também um texto produzido em conjunto com uma assessoria, monitorada por especialistas, num vai e vem de amadurecimento do texto. Isso não é segredo de Estado guardado a sete chaves, mas um processo natural do magistério pontifício¹. Há uma coerência e uma concatenação com a encíclica *Veritatis Splendor*, que tratou da verdade na ética do agir. Agora, a mesma verdade é o desafio na ética do pensar. A encíclica reage sobretudo às formas mais ou menos *pós-modernas* de *verdades menores*, de contentamento com fragmentos, e recorre muito ao Vaticano I, buscando uma equação positiva entre Fé e Razão, batendo-se contra o racionalismo e contra o fideísmo. Apesar de fazer recurso também ao Vaticano II, especialmente à *Gaudium et Spes* e à *Dei Verbum*, ela retrata uma tendência que atravessou o próprio Vaticano II: superar mas também reafirmar o ensinamento tradicional. Assim como se pode

* Doutor em Teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana - Roma, Professor na Escola Superior de Teologia Franciscana/RS, da graduação e Mestrado em Teologia da PUCRS, Presidente da Sociedade de Teologia e Ciências da Religião, no Brasil.

¹ No caso específico desta encíclica, é bem fundada a notícia sobre a contribuição importante de Rino Fisichella, que foi professor de Teologia Fundamental na Universidade Gregoriana de Roma por muitos anos e atualmente é bispo auxiliar da diocese de Roma. Sua apostila sobre o assunto, utilizada na Universidade, se parece com um esboço da própria encíclica.



falar de duas eclesiologias presentes no Vaticano II, pode-se falar de duas tendências diante das ciências e da filosofia, uma mais otimista e dialógica, outra mais aut centrada. Tudo somado, nesta encíclica, parece pesar mais a segunda atitude, e isso levou a muito questionamento.

Uma encíclica precisa de *recepção hermenêutica*, precisa de interpretação para ser bem acolhida e se tornar fecunda. Mesmo quando se observam seus limites e lacunas. A discussão mesma gera a vitalidade necessária para que ela não caia no vazio e tenha seu lugar na vida da Igreja. E, no caso desta encíclica, a discussão com pensadores “leigos” só pode contribuir para o alcance da intenção fundamental da encíclica.

1. Um vôo de águia em busca da verdade

“A fé e a razão constituem como que as duas asas pelas quais o espírito humano se eleva para a contemplação da verdade. Foi Deus quem colocou no coração do homem o desejo de conhecer a verdade e, em última análise, de o conhecer a ele, para que, conhecendo-o e amando-o, possa chegar também à verdade plena sobre si próprio” (Introdução).

Com este primeiro parágrafo, temos já uma síntese impecável do que vai se expor ao longo da encíclica: a busca da verdade como um vôo com duas asas – fé e razão – as duas tradicionais formas de conhecimento da verdade que se requerem e se fecundam circularmente ou, como diria Agostinho, “culminam no amor”.

Na introdução do texto, o título pode deixar perplexo qualquer um que esteja habituado a frequentar documentos da Igreja: começa citando o famoso mandamento délfico “Conhece-te a ti mesmo”, afixado no pórtico de entrada do templo de Apolo de Delfos, no monte Parnaso, coração religioso da Grécia. A expressão é também uma síntese do ensinamento socrático e de toda a tradição grega. Parece até escandaloso começar tão longe do coração da doutrina da Igreja sobre a verdade e o conhecimento, mas a introdução se alarga ainda mais, valorizando toda a cultura indo-européia, inclusive oriental, em sua busca da verdade e em suas conquistas. Estende-se em seguida, de maneira genérica a mais povos, certamente com a intenção de valorizar “os gentios”, mas é lastimável que tenha esquecido os povos das Américas, desconhecimento que se deve imputar mais aos assessores do que ao próprio Papa.

No meio dos “gentios” a Igreja se apresenta, então, como “diaconia à verdade”, com o amor à verdade, a busca da verdade e o anúncio da verdade (n.2). Valoriza a busca “natural” e cultural da verdade, de modo especial pela filosofia, mas lembra que este caminho é atravessado por tentações e pela corrupção do pecado, podendo ceder à “*hibris*”, este orgulho de se misturar com a divindade através de um saber que se pretende suficiente. Por isso invoca desde saída a responsabilidade ética da racionalidade: *orthos logos – recta ratio* (n.4). Exemplifica com um tiro de canhão sobre o antropocentrismo da razão e da filosofia moderna sem real transcendência, ao voltar-se do conhecimento da verdade do ser para a problemática mesma das condições humanas do conhecimento:

“A razão, sob o peso de tanto saber, em vez de exprimir melhor a tensão para a verdade, curvou-se sobre si mesma, tornando-se incapaz, com o passar do tempo, de levantar o



olhar para o alto e de ousar atingir a verdade do ser. A filosofia moderna, esquecendo-se de orientar a sua pesquisa para o ser, concentrou a própria investigação sobre o conhecimento humano. Em vez de se apoiar sobre a capacidade que o homem tem de conhecer a verdade, preferiu sublinhar as suas limitações e condicionalismos” (n.5).

A encíclica deplora a fragmentação, o relativismo, o imediatismo, a busca de sucesso, etc. como desvios de uma vocação originária da filosofia. Desde o início a encíclica não esconde um dos seus pontos de combate: a filosofia moderna e sua reação interna pós-moderna. Ainda voltaremos ao assunto.

2. Razão e fé: paradoxal amizade

Amizade e confiança “aristotélicas” são posturas valorizadas para um bom entrosamento de fé e razão. Uma razão acreditável e uma fé razoável, de tal forma que ambas possam se sintetizar na sabedoria. Esta é, de alguma forma, também o ensinamento do concílio Vaticano I, na constituição dogmática que se refere ao nosso caso, a *Dei Filius*. É também o que Santo Tomás consagrou como “duas ordens do conhecimento” em perfeito equilíbrio através da mútua abertura, como a ordem natural e sobrenatural, em que “a graça supõe e aperfeiçoa a natureza”. Talvez se pudesse dizer também que são como dois pólos extremos de muitas formas de conhecimento, mas a encíclica simplifica como Santo Tomás, não considerando a alta complexidade do conhecimento expressa pelo nosso século. Também não chega a Santo Agostinho, o primeiro grande clássico ocidental da relação entre fé e razão, onde a fé é uma forma de pensamento, mas desbordando sempre a capacidade de apropriação e de objetivação por parte da razão. Agostinho sabia que a razão tem condicionamentos, o que ele vê no fato de surgirem diferentes escolas de pensamento. Em última análise, para Agostinho, a fé supera a compreensão da racionalidade: “O que, pois, compreendo, isso também creio, no entanto nem tudo o que creio também compreendo” (*De magistro*, II, 37). A encíclica elegeu, como modelo da relação, como já acenei, Santo Tomás e o tomismo. Isso é claro em diversas partes do texto.

No entanto, não são dispensados o desassombro, a audácia, o espanto, a paixão, todas essas palavras utilizadas ao lado da sóbria palavra “admiração” filosófica como formas de *obséquio* da razão ao Mistério e aos sinais de sua revelação. O exemplo é quase cômico, pois Santo Anselmo, em sua busca mental de Deus, na introdução do seu *Proslógion*, parece, aos olhos de um psiquiatra atual, alguém com sintoma de psicose obsessiva². Até que chega a um idealismo lógico aparentado com o seu argumento ontológico: “Ó senhor, vós não sois apenas algo acerca do qual não se pode pensar nada de maior, mas sois maior de tudo o que se possa pensar (...) Se não fôsseis o que sois, poder-se-ia pensar algo maior do vós, mas isso é impossível” (n.14).

² “Detendo-me com frequência e atenção a pensar neste problema, sucedia umas vezes que me parecia estar para agarrar o que buscava, outras vezes, pelo contrário, furtava-se completamente ao meu pensamento; até que, finalmente, desesperado de o poder achar, decidi deixar de procurar algo que me era impossível encontrar. Mas, quando quis afastar de mim tal pensamento para que a sua ocupação da minha mente não me alheasse de outros problemas de que podia tirar algum proveito, foi então que começou a apresentar-se cada vez mais teimoso” (Cf. FR 14).



O desassombro da fé e a audácia da razão, o espanto e a paixão, parecem ser evocadas como estímulo para uma busca que seja a “busca do Absoluto”, daquilo que é duradouro e definitivo, com a segurança de alcançar e de, uma vez atingido, poder repousar no Absoluto. E como Absoluto é somente Deus, o que se busca e o que se estimula a razão e inclusive a filosofia a buscar, em última análise, é Deus. Numa busca *pós-moderna* que dá voltas infindas na parcialidade, no fragmento, no relativo, parece, aos olhos do Papa ou dos seus assessores, não haver lugar para Deus, mesmo um Deus que se fez carne, fragilidade, história, *kénosis*. Tal estado de *kénosis* deveria ser completado e, de certa forma, superado, pelo estado de *doxa*, de glorificação, de esplendor da divindade.

A encíclica se estrutura, na terceira e quarta partes, com o famoso binômio agostiniano *Credo ut intellegam, intellego ut credam* – Creio para compreender, compreendo para crer. Em Agostinho, no Sermão 43,7, a ordem é inversa, como forma de exortação: *Intellige ut credas, crede ut intelligas*. Segundo o comentário de Gilson “os maniqueus lhe haviam prometido conduzi-lo à fé nas Escrituras pelo conhecimento racional. Agostinho se proporá alcançar, pela fé nas Escrituras, a inteligência do que estes ensinam. Certo que o assentimento às verdades da fé deve ser precedido por algum trabalho da razão, ainda que não sejam demonstráveis, pode-se mostrar que é legítimo, razoável, crê-las, e a razão é encarregada disso. Há, pois, uma intervenção da razão que precede a fé, mas há uma segunda intervenção que a segue”. No entanto, a premissa maior é sempre a fé. A razão é um instrumento, tem um caráter ministerial, mas só trabalha com reta racionalidade se estiver fundada na fé, inclusive na fé de poder chegar à verdade. Agostinho, mesmo usando uma versão adulterada de Isaias 7,9, que cita frequentemente e de forma generalizante, chega a ser candente como o profeta: “*Nisi credideritis, non intelligetis* – senão acreditardes, não compreendereis”³.

O obséquio da razão tem algo a ver com a antropologia semítica em geral e com a Escritura hebraica em particular: “o temor do Senhor é o princípio da sabedoria”(Pr 1,7). Ou seja, o conhecimento e a compreensão são retos e, portanto, verdadeiros, se são adequados não tanto a algo mas a alguém, como uma *escuta* e uma *obediência*, um *auditus fidei* que se estende em um *auditus rationis*. Uma razão que confia, que reverencia, que escuta e medita o que lhe é proferido, é uma razão sustentada por uma relação com uma *autoridade*, aquilo ou aquele que se apresenta, se revela, fala, desvenda, estimula, exalta a razão. É nesse sentido, longe de ser reduzida a uma instituição jurídica, que se pode pensar a *autoridade* como fonte de verdade e de sustentação da razão. Autoridade não é autoritarismo: a fé é um ato livre, uma adesão amigável e hospitaleira, enquanto a autoridade é um serviço de sustentação e de transcendência. O autoritarismo é uma perversão através de uma apropriação e de uma dominação. Mas jogar fora toda autoridade junto com o autoritarismo seria jogar a criança junto com a água do banho!

³ Na verdade, o texto e o contexto são muito precisos: o profeta calça o rei que está reforçando as defesas de Jerusalém contra o ataque iminente do inimigo, exortando a colocar sua defesa em Deus, que os defenderá e derrotará os inimigos, “se não acreditardes nisso, não vos mantereis firmes”.



3. O nefasto divórcio entre fé e razão

Grande parte da encíclica é dedicada – imitando também nisso a *Dei Filius* do Vaticano I – aos problemas entre fé e razão, entre ensinamento da Igreja e filosofia. Por um lado, a tensa história das relações entre fé e razão mostra o quanto de positivo significaram até mesmo os conflitos na pesquisa pelo sentido da vida e da morte, do mundo e do sofrimento, do “por quê” do ser. A busca da verdade como algo próprio da natureza humana faz com que ninguém fique indiferente ao saber, mas busque o saber. Embora a encíclica não se detenha a discutir as tremendas ambigüidades que se escondem na busca do saber, confia que é um caminho fundamentalmente ético, reto e justo. A encíclica reconhece as faces e até inter-faces da verdade: a evidência, a pesquisa e a confirmação científica, o nível especulativo e filosófico, e o nível religioso das tradições e experiências que se expressam nas *crenças*. Mas, para além das diversas faces da verdade, aposta firmemente na sua unidade, na não-contradição. Também nesse ponto, a encíclica não se detém nos complexos problemas atuais em torno dos famosos primeiros princípios, os axiomas invocados como evidentes por si e princípios de construção de toda lógica. Ao contrário, a encíclica avança para afirmações sobre o conhecimento do absoluto:

“Mas a sua pesquisa aponta para uma verdade superior, que seja capaz de explicar o sentido da vida; trata-se, por conseguinte, de algo que não pode desembocar senão no absoluto. Graças às capacidades de que está dotado o seu pensamento, o homem pode encontrar e reconhecer uma tal verdade”(n.33).

Nesse ponto, o Papa nos surpreende com uma nota sobre Galileu, antes de citar a *Gaudium et Spes* do Vaticano II, com que ilustra a harmonia entre as verdades naturais e as verdades da revelação. Sabemos que, apesar de sua boa teologia da criação, Galileu esteve no centro de uma trágica incompreensão que a encíclica aqui não lembra. Quando fala de *hbris* – orgulho e soberba que provocam obscurecimento, desordem e “pecado” no saber – parece se referir somente à razão e à ciência. De qualquer forma, reconhece a tensão que sempre existiu entre Igreja e Academia, uma história de simpatia e de colaboração, mas também de alergia e de repulsa, de acusações e perseguições. Paulo é o exemplo de uma relação “dupla” com a filosofia: reconhece no *logos* grego a superação da mitologia idolátrica, mas se defronta com a *hbris* idolátrica da própria filosofia. Depois dele, os padres da Igreja iriam se inclinar ora para a simpatia e colaboração, como Justino, Orígenes, Clemente e Dionísio – de formação alexandrina – ora para a distância crítica, como Tertuliano e Basílio. Esta tensão encontra gênios de sínteses em Agostinho, Anselmo e Tomás de Aquino. Anselmo simplifica os axiomas agostinianos em *Fides quaerens intellectum*, uma pérola para o nosso assunto: a fé busca se compreender. Mas aqui estamos no âmbito da teologia, não propriamente da filosofia, e a encíclica reitera diversas vezes que não há pretensão de desrespeitar a autonomia e as regras próprias da filosofia. O casamento perfeito, segundo a encíclica, se encontraria em Tomás de Aquino. Ele sai como cabeça coroada dessa encíclica. A “excitação sem humilhação”, a esponsalidade de razão e fé, natural e sobrenatural, criação e revelação, são binômios tão bem casados no pensamento do Aquinate, que não ficam dúvidas: o Papa o propõe como grande modelo no assunto. E, no entanto, há os



franciscanos, dos quais o Papa cita Boaventura, mas não cita os mais originais, Duns Scotus, Guilherme de Ockam, porque nas entrelinhas se sabe: eles estão na origem do “excessivo peso à racionalidade”, o nominalismo e o empirismo, a autonomização das ciências, até à “nefasta separação”, o divórcio progressivo de razão e fé⁴.

A separação “nefasta” poderia ganhar nomes como Descartes, Kant, e outros que estão nas origens da modernidade, no iluminismo, mas tem sua culminância teórica, *racionalista*, no século XIX, o século dominado por Hegel, por um lado, e pela reação pascaliana ou kirkegaardiana, por outro, conduzindo para o fideísmo. A partir daí, a encíclica desanca em cima dos mesmos problemas de há mais de século: o racionalismo, o ecletismo, o historicismo, o positivismo, o marxismo, o pragmatismo, o cientificismo, a verdade “consensual”, construída por maiorias, o nihilismo - o que levou a filosofia à sua própria auto-marginalização e autofagia através do deconstrutivismo, reduzindo-se a uma razão instrumental, pragmatista, razão “débil”⁵. Nesse ponto nada lisonjeiro para o momento atual da filosofia, o Papa solta um grito de guerra para que se levante a cabeça sem se acomodar a “metas demasiado modestas”: não ter receio de buscar verdades maiores, últimas, definitivas, estáveis (n.56; 86-91).

Por outro lado, o Papa não poupa – imitando nisso também a *Dei Filius* do Vaticano I – os que se agarram ao tradicionalismo, ou seja, ao fundamentalismo, dispensando olímpicamente o trabalho da razão. E tem um detalhe muito especial em que aponta seu dedo: o atual *biblicismo* com que movimentos e vastos setores da Igreja, até da hierarquia, resolvem sua busca da verdade: citando a Bíblia sem contexto e sem os instrumentos da investigação científica. É muito coerente ao chamar a razão para o seu trabalho a fim de não deixar abandonada a fé, vazia de um mínimo de compreensão de sentido, à deriva do desespero, agarrando-se ao fideísmo (n.86-91).

4. O que pensar? O que fazer?

A encíclica tem um caráter pastoral, incentiva a reciprocidade e a circularidade entre teologia e filosofia na formação dos agentes de Igreja como correspondente à reciprocidade e circularidade entre fé e razão. Mas carrega uma opção, um retorno a uma “filosofia do ser” estruturada segundo o tomismo. A escolástica tomista é o pensamento de ouro, e o pensamento moderno sai, tudo somado e pesado, muito desprestigiado. O movimento de auto-crítica do próprio pensamento moderno é visto como sintoma da sua decadência. Alguns elementos poderiam ter um melhor tratamento:

a) A *historicidade* é uma marca do pensamento contemporâneo, e não deve ser confundido apressadamente com o historicismo. A espessura histórica de toda verdade nos aproximou, inclusive, de maneira mais adequada dos textos bíblicos. A historicidade não

⁴ O que não é dito na encíclica é dito na apostila do grande assessor Fisichella. Mas bastaria o sintomático silêncio sobre estes grandes franciscanos em confronto com a centralidade dada a Tomás para termos mais uma surpresa, a ressurreição da velha disputa entre as escolas medievais. De qualquer forma, há um estímulo surpreendente e até estranho à retomada – mais uma vez – do tomismo.

⁵ “Razão débil” é expressão que traduz a análise de Vattimo sobre o fim da modernidade e de sua “razão forte” declinando para uma razão pós-moderna *light, soft, suave, regionalizada*.



agride mas abre as portas para uma compreensão mais profunda do “Verbo feito carne”, feito cultura, existência histórica. Se por “filosofia cristã” se pode ainda entender não um sistema de pensamento mas um conjunto de valores que devem ser tematizados para a compreensão da experiência cristã, um desses valores é a historicidade da verdade. É a razão aristotélica-tomista que busca *adequação* que impede de tratar o absoluto morando no histórico como um paradoxo que pode ser dito e tem sua *paradoxal razoabilidade*.

b) A *hermenêutica* foi reconhecida inclusive em sua complexidade, mas há uma certa impaciência para superar, dar uma “solução” à hermenêutica. Ela parece ser a causa de muitos males apontados pela encíclica, que poderiam ser resumidos nisso: “Tudo é interpretação!” Com isso, passar do relativismo ao nihilismo e à perda de sentido, caminho tão acentuado pela encíclica, é um passo ligeiro. Mas a hermenêutica abriu horizontes de sentido antes inimagináveis, e isso é reconhecido, porém não suficientemente: através da hermenêutica, a própria Revelação, recebida pela fé e expressa pela teologia, torna-se uma “obra aberta” no sentido de Umberto Eco, na qual a fé participa como ato de liberdade e de criatividade. A encíclica não aprecia, ao menos não fala, da criatividade da linguagem contemporânea. E, no entanto, o “Verbo feito carne” significa a Palavra divina feita linguagem humana, cultural, simbólica, sem “temer o ventre de uma virgem”, a fonte inesgotável de rios de sentido.

c) A ânsia de absoluto e de sentido pleno, tão bem e belamente expressa na encíclica, poderia se conjugar com a humildade a que se viu reduzido o pensamento contemporâneo ao saber-se tão frágil e relativo, tão mortal e mesmo tão instrumental – tão “ministerial”, em sentido eclesiástico. Exatamente porque só Deus é Absoluto, não há porque temer a relatividade até mesmo do nome e da figura de Deus, como bem ensina a Escritura. Estamos ainda rescaldados com o absolutismo imperialista por trás da grandiloquência em torno do absoluto.

d) Os esforços de filósofos como Habermas e Otto Appel, buscando na linguagem e no consenso, na práxis comum, a transcendência e a responsabilidade por uma ética mundial, a questão da problemática de um pensamento complexo, segundo Edgar Morin, a força da hermenêutica em Gadamer e Paul Ricoeur, e toda a colaboração do pensamento judaico por uma filosofia da alteridade, nesse final de século, não podem ser simplesmente ignorados para uma retomada do tomismo. Evidentemente, a história é um “*depositum rationis*”, um tesouro do qual se pode retirar muitos recursos, mas guardando-se a liberdade criativa e hermenêutica como Jesus fez com a *Torah* em seu tempo. Claro que todos estamos de acordo em afirmar valores essenciais: a existência humana, a justiça, a liberdade, a felicidade, o ecossistema. Mas ninguém, nenhum sistema, mesmo batizado, é dono da verdade e da solução. Ela precisa ser buscada com humildade e colaboração.

e) Quando se trata de exemplificar sobre os riscos de utilização de sistemas filosóficos por parte da teologia, menciona-se – é a única vez que se menciona – a teologia da libertação, única referência a algo de nossa região do planeta, mas para criticar como equívoco lamentável e algo que já passou. Isso revela uma incompreensão que ultrapassa o Papa e diz respeito muito sintomaticamente aos seus assessores. Parecemos “terra queimada”. Exatamente o forte da teologia da libertação foi ter entendido a importância de seu engajamento histórico, o que supõe também auto-superação para novas etapas, isso é visto como fraqueza. Por isso a encíclica recende a um certo idealismo da filosofia do ser pairando por cima da



história real onde os conflitos atravessam os pensamentos.

f) No entanto, uma encíclica é sempre uma ajuda, um estímulo, “dá o que pensar” e repropõe discussões importantes. Só isso é suficiente para sublinharmos o mérito e a oportunidade de uma encíclica sobre a relação de fé e razão nesse final de século, *era dos extremos*. Além, é claro, de suas afirmações axiomáticas, belas e pontuais, que a permeiam. Mas bem que eu gostaria de bater um papo com o Papa sobre alguns pontos. Se ele pudesse, creio que não se negaria, embora a encíclica ficasse intocada.

